

A DISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Josiane Taís de Souza¹, Alessandra Gomes Varisco², Mara Fernanda Alves Ortiz²

52

1- Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Itapira - UNIESI; 2- Docentes do Centro Universitário de Itapira - UNIESI

Contatos: jossi1910@hotmail.com; alessandragv@hotmail.com;
profa.maraortiz@gmail.com

RESUMO

A falta de disciplina no ambiente escolar é um dos temas que mais incomodam os docentes em geral. Porém, a indisciplina não decorre somente do agir em si do alunado. Atentas a isso, nossa pesquisa buscou analisar, por meio de revisão bibliográfica, a disciplina em ambiente escolar tendo como referencial teórico Michel Foucault, especificamente através de sua obra “Vigiar e Punir”. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise das causas em termos de disciplina, verificando que, muitas das vezes, os alunos são vítimas de todo um sistema forjado para existir tal como se encontra.

Descritores: Ambiente Escolar. Michel Foucault. Disciplina.

INTRODUÇÃO

A falta de disciplina dentro de sala de aula sempre nos incomodou, posto disciplina não se confundir com passividade, em que o aluno não discute, não questiona, alheia-se ao processo de ensino. Disciplina refere-se ao comportamento respeitoso do aluno frente ao professor.

No decorrer do presente trabalho, vamos entender porque a disciplina faz parte da vida cotidiana escolar e como o tempo despendido para conseguir manter a disciplina afeta a escola e a sociedade como um todo.

Através deste trabalho, percebemos quais são os motivos que fazem os alunos perderem a disciplina e como isso interfere dentro e fora do ambiente escolar.

O principal objetivo é levantar a questão da disciplina no ambiente escolar, como prática punitiva, colocando em discussão que tal precisa ser melhor estudada, dados alguns estudos, já que sua falta afeta a qualidade de ensino e aprendizagem do aluno.

Como referencial teórico principal, analisaremos a obra “Vigiar e Punir”, de Michel Foucault, especificamente sua terceira parte, que se refere à disciplina, além de outros teóricos, ao longo do trabalho mencionados.

Abordaremos também se essa falta de disciplina provém da família (o aluno carrega consigo experiências já vividas) ou do ambiente escolar.

Para poder compreender melhor a definição de disciplina, o Dicionário virtual Michaelis assim conceitua:

- 1 Instrução, ensino e educação que a criança recebia do mestre.
- 2 Regime de submissão às normas ditadas pelos superiores.
- 3 Observância estrita das regras e regulamentos de uma organização civil ou estatal.
- 4 Comportamento exemplar.
- 5 Área de conhecimento ensinada ou estudada em uma faculdade, em um colégio etc.; matéria.
- 6 Obediência às normas convenientes para o bom andamento dos trabalhos.
- 7 (ANT) Mortificação imposta por má conduta¹

Verifica-se que a disciplina enquanto processo punitivo possui variadas acepções e reformulações, podendo ser considerada de acordo com as condições em que se encontra.

O presente trabalho justifica-se na medida em que pretende analisar o aprofundamento sobre a questão da disciplina no ambiente escolar, que abrange assuntos tanto externos quanto internos a esse cotidiano.

O trabalho que se propõe objetiva perscrutar o ambiente e o cotidiano escolar, através de revisão bibliográfica, para buscar indícios de que as práticas punitivas não são amplamente discutidas de forma científica e, quando surgem, de que forma tais práticas são abordadas.

A pesquisa de levantamento é de natureza qualitativa, consubstanciada em revisão bibliográfica.

No primeiro tópico, abordaremos o cotidiano escolar à luz da disciplina nesse ambiente. O segundo abordará os mecanismos de controle e poder, com base em Foucault, e como ele pode ser transposto para o ambiente escolar. No terceiro capítulo, será discutida a disciplina como prática punitiva na escola. Ao fim, teceremos nossas considerações.

A problematização que será apresentada refere-se ao seguinte questionamento: de que forma os estudos teóricos acerca do cotidiano escolar pensam em formas de alterar a realidade social escolar?

¹ Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/disciplina/> Acesso em 15.11.17

UM OLHAR SOBRE O COTIDIANO ESCOLAR

Quando se pensa acerca de educação e da disciplina escolar, logo remetemos a eles como deveres da escola.

Porém, tal pensamento está equivocado, já que os maiores responsáveis pela educação e pela disciplina são dos pais ou responsáveis. Não há como a escola criar regramentos de conduta se no seio familiar a criança não os possui ou não os cumpre.

O universo sobre o cotidiano escolar e sua disciplina remete a relatos e observações dos funcionários ou da diretoria da instituição de ensino.

São inúmeros os fatores que levam à indisciplina escolar, tais como educação familiar, falta de estrutura familiar, trauma ocorrido ou que possa estar ocorrendo.

A criança precisa de regras; contudo, essas regras devem constituir-se em vantagens para ela, mostrando-lhe, portanto, seu lado positivo. Isto porque o aluno disciplinado aproveita melhor os espaços que lhe são abertos, auxiliando no ambiente escolar, familiar e com a sociedade em geral.

Quando a criança vai à escola, muitas vezes podemos observar o reflexo da indisciplina social que existe dentro de uma família desestruturada, pois ela chega na escola sem limites e regras.

Disciplina pronta e acabada não existe, já que cada escola, cada família e cada aluno são diferentes. Há vários meios de regramentos, sendo que cada um serve a um tipo de instituição.

A disciplina deve ser organizada e desenvolvida conjuntamente com os pais e alunos e com todos os que estão envolvidos dentro da escola. Ela não pode ser um trabalho organizado apenas dentro da escola, devendo envolver todos; porém, é importante ressaltar que a família deve dar continuidade para obter bons e longevos resultados.

Nas palavras do professor Paulo Freire (1989, p. 12):

Não há disciplina que não gere ao mesmo tempo o movimento de dentro para fora como não há uma disciplina tem de se disciplinar. Eu diria que há duas disciplinas, em relação às vezes contraditória, que marcam a diferença com a indisciplina. Quer dizer, na indisciplina é a licenciosidade, é o fazer o que quero, porque quero. A disciplina é o fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável.

A disciplina autoritária segue uma estrutura de regras que o educando deve respeitar e colaborar para que possa obter bons resultados.

Uma forma de a disciplina ser respeitada e aceita pelos alunos dentro da escola é a obtenção de um espaço onde eles possam ter voz, agendando e comparecendo a reuniões juntamente com o professor e o diretor ou até mesmo com a sociedade,

instituindo grêmios, formulando regras a serem cumpridas, criadas de acordo com a necessidade do grupo, podendo testá-la e modificá-la oportunamente.

Ao mencionar responsabilidade social, observa-se que o aluno muitas vezes está imerso em um ambiente que não dispõe de negação, isto é, não aceita o 'não' como resposta. Esse tipo de criança, criada em um ambiente a ela semelhante, não possui limites. Ao entrarem na escola, em tenra idade, muitas vezes o próprio professor não está preparado para atendê-la com postura adequada. Contudo, dentro da instituição de ensino, notadamente dentro da sala de aula, a responsabilidade é do professor, que deve ensinar e mediar esse conhecimento para que o aluno dele se aproprie.

Quando a criança se encontra em uma cultura mais libertária, do ponto de vista do regimento, é difícil manter seu controle. Para que isso não ocorra no ambiente escolar, o professor, com o auxílio da supervisão escolar, deve fortalecer o planejamento do currículo com ações que estimulem a construção de regras e suas condutas.

Geralmente, o que se observa é que o aluno indisciplinado promove turbulência em sala de aula, querendo atrair para si a atenção, ainda que inconscientemente. Nesses momentos, ao invés de o professor repreendê-lo, deve nele estimular o convívio pacífico e enriquecido com os demais alunos.

Não há como o professor aplicar regras de forma rígidas sem que tais possam ser efetivamente compreendidas pelos alunos. Para que isso ocorra de forma eficaz, o docente deve conhecer o contexto do alunado e estabelecer com ele o diálogo.

Como afirma Bakhtin (2003, p. 333), o professor possui responsividade na medida em que dialoga com o aluno, seu interlocutor direto, tendo a capacidade de definir a resposta – num processo dialógico, em que um “terceiro invisivelmente presente” participa como sujeito da compreensão responsiva. Isso porque a palavra quer ser ouvida. E todo sujeito está predisposto a ouvir, criando seu próprio enunciado.

O diálogo aqui refere-se aos sujeitos envolvidos nos conflitos: alunos, professores, pais e gestores escolares. Não há como o professor responsabilizar somente os pais ou responsáveis pela criança, tampouco a instituição de ensino a ela relacionada. Deve haver interação entre todos para chegar a uma conclusão plausível.

A falta de disciplina dentro de sala de aula dificulta a aprendizagem do aluno, já que a concentração é baixa ou inexistente. No entanto, o aluno, individualmente considerado, não é o responsável único pelos seus atos. Os responsáveis e gestores são reflexo e espelho, refletindo e refratando situações em forma de exemplos. Assim, devem os docentes e responsáveis terem uma percepção mais acurada de seus próprios atos. A isso se insere, como exemplo, o modo como o adulto age em relação a uma atitude equivocada da criança: se ele entende o ato infantil errôneo como algo comum e temporário, pode ser que a criança entenda poder agir sempre dessa forma.

A indisciplina é a falta de disciplina, respeito, obediência, podendo gerar graves consequências, como violência e distúrbios emocionais, ao se perceber impotente diante da recusa de seu ato.

O professor deve estabelecer um planejamento do que irá e do que pode ocorrer durante as aulas, informando aos alunos sobre cada etapa, de modo que eles não fiquem tão ansiosos com cada atividade elaborada.

Tendo o controle, ainda que de modo frágil, sobre a sequência didática em sala de aula, os alunos podem se adaptar ou até propor alterações, já que, para esse docente, a voz do aluno tem sentido, podendo refletir sobre seu papel social e transformar a realidade que o cerca.

No cotidiano escolar são encontradas algumas dificuldades por parte dos próprios docentes, como o temor diante da provável violência perpetrada pelos alunos.

Atrair os alunos para si é um passo para a inserção deles na socialização.

Muitas vezes, ao lermos um contexto social, interpretamos com um sentido que o autor do texto muitas vezes não o expressou. A interpretação não é realizada de forma passiva, pois pressupõe a alternância de interlocutores, defendida por Bakhtin², num processo de compreensão responsiva. Acreditamos que tal leitura (social) passa pela análise dos discursos. Dessa forma, algum fenômeno da cotidianidade só é significado se o contextualizarmos. Mas, também, existem variados contextos em que se possa inseri-lo quantas interpretações possam existir. Por isso a hermenêutica da sociologia da vida cotidiana procura cruzar os contextos dos indivíduos (comportamentais, práticas cotidianas) com os contextos analíticos (práticas científicas).

É crível dar atenção ao contexto dos indivíduos, aos elementos e às práticas sociais relevantes e que servem de orientação. Nesses contextos, há que se distinguir normas de condutas. Enquanto aquelas são os modos de agir consolidados pelo uso e por prognósticos (dever ser), estas são os comportamentos em articulação com as normas, através de códigos compartilhados (com quem?).

Já as normas de conduta é o conjunto de valores e regras prescritos que se mostram através de instituições. Nelas é que vemos florir as normas jurídicas, normas de conduta expressamente coercitivas. Porém, é nelas também que existem as brechas, táticas que os indivíduos utilizam para se transformar através dos sistemas e que determinam o futuro das vigências.

Os contextos constituem-se em espaços sociais, num tempo social, resultante da vida social. Os contextos são marcados por tempos cadenciados, mas que podem ser surpreendidos pelas incertezas do cotidiano. Ademais, são nessas incertezas que o cotidiano acaba por viver efetivamente. “O tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado. Tempo e lugar são folhas em branco que só ganham sentido com inserção, com as assinaturas que os indivíduos nelas fazem”. (PAIS, 2003, p. 130).

² BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

O cotidiano escolar

A vida cotidiana é a vida de todo ser humano que, para a socialização, intervém nos aspectos mais profundos do ser, possuindo sentido social em si, de si e para si, sendo caracterizado pela espontaneidade: as pessoas não pensam no cotidiano tal como ele se revela. Se assim fosse, seria quase impossível analisar as relações da vida social, já que não calculamos com exatidão todos os nossos passos/atos.

Por ser constituído por partes orgânicas – e, portanto, heterogêneas e hierárquicas, o cotidiano detém o amadurecimento do ser humano, pois somente quando ele consegue satisfazer não somente suas necessidades vitais, mas também sociais é que ele se torna. Isso ocorre quando o homem sai de seu grupo, micro (mediador) para interações maiores e reflete nas apropriações, ressignificando o seu saber.

É interessante o fato de, na maioria das vezes e das relações, não nos atermos ao cotidiano, visto estarmos nele imersos, como um processo quase inconsciente. Ao analisar o cotidiano, percebemos que nossas ações estão conectadas e sociabilizadas: não existimos sem o cotidiano; o inverso também é verdadeiro.

O ser humano possui a particularidade do seu ser, único e irrepetível, mas também é constituído do ser genérico, estabelecendo um paralelo com os entendimentos sobre consciência individual e coletiva de Émile Durkheim, partindo em múltiplos papéis de acordo com as funções adquiridas e exigidas na e pela sociedade.

As possibilidades do ser humano são articuladas com a ética, que forma com a moral a função de inibição, pois se assim não fosse a sociedade transformar-se-ia em anomia. Também, o cotidiano é caracterizado pela ultra generalização e, como tal, são constituídos de preconceitos. São esses preconceitos que fazem com que o indivíduo se perca em suas próprias individualidades e, paradoxalmente, sob um manto 'moralista e 'em nome do bem comum', praticam atos mecânicos, que se presta à alienação.

“A vida cotidiana é a que mais se presta à alienação” (HELLER, 1992, p. 37), ante a existência muda entre particularidade e genericidade, já que o homem não percebe a linha tênue existente entre elas e acaba construindo – quando já não são impostos pela imitação – juízos provisórios. Até que ponto falta essência ao ser humano; e que essência seria essa? Devemos perquirir as causas da alienação, que vê na educação sua forma mais visceral.

Porém, o ser humano (individual-particular) consegue pensar fora, acima, além do cotidiano, rompendo e elevando-se ao humano-genérico.

As sociedades podem constituir-se de comunidades organicamente integradas. Contudo, até que ponto estamos realmente vivendo em comunidades e não em grupos, em que os vínculos são constituídos por interesses casuais de forma não estruturada? Pensemos em uma 'comunidade' de rede social, talvez – quase certo - não seja ela uma comunidade, mas sim um grupo, já que não há estruturação e vínculo entre seus

membros; o mesmo poder-se-ia dizer da favela, que atualmente adotou a terminologia 'comunidade'.

A casualidade nos grupos pode decorrer de uma necessidade exterior e de um interior, através da possibilidade de transpor para estamentos.

Se sociedade, classe, grupo, comunidade são esferas homogêneas de uma estruturação da sociedade, a relação entre indivíduo e massa é heterogênea. A massa, a multidão, não é estruturadora. Nela, a individualidade fica suspensa para as vinculações casuais. Verifiquemos as manifestações de cunho político que ocorreram no país em 2016; nelas, a massa, genericamente falando, não possuía consciência social e coletiva, não possuía verdadeiramente consciência da realidade, prestando-se ainda mais à alienação, pois o homem que se dispõe a praticar tal papel sucumbe em meio à sociedade vigente.

A individualidade assume papéis sociais, projetando uma mimese de reprodução de usos, numa assimilação ativa, não somente mecânica (reflexos condicionados), apropriando-se e ressignificando. As comunidades 'puras' atinham-se à tradição (e seus papéis centravam-se no passado), enquanto que, atualmente, atêm-se ao que está em voga, projetando-se para o futuro. Com isso, os papéis sociais são assimilados e, por que não dizer, postos para que os indivíduos os assumam.

Assim, toda sociedade é alienada na medida em que os papéis não podem ser rompidos. E esses papéis não podem ser rompidos quando vemos somente as partes, fragmentadas, e não a visão do todo. O indivíduo que rompe é aquele que se distancia da comunidade para analisar seu próprio papel. Isto porque quanto mais o indivíduo assume variados papéis sociais, mais ele perde sua essência, perdendo-se.

A alienação encontra espaço fértil na sociedade atual, necessitando de um olhar mais acurado para que haja o rompimento dos papéis que constituem a base social. Esse é o papel da educação: fazer com que a alienação venha a ser rompida, transformando indivíduo e sociedade para que aquele aproprie-se de conceitos e os ressignifique.

O professor, portanto, deve ousar no ensino para que este se constitua objeto e meio de empoderamento (em seu sentido sociocultural) dos alunos.

MECANISMOS DE PODER E CONTROLE

Intimamente relacionado à disciplina é o capítulo de mesma denominação da obra 'Vigiar e Punir', de Michel Foucault. Isso porque ele aprofunda, ao longo do livro, os mecanismos de poder e controle, estando afeito às práticas punitivas praticadas na escola.

Para Foucault, há três escalas a serem observadas nos mecanismos de controle, quais sejam, escala de poder, objeto e modalidade (coerção constante).

Aqui, a disciplina organiza tempo, espaço e corpo, gerindo esses três elementos de forma harmônica.

Assim entende Foucault (ano, p. 163):

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

O primeiro passo da disciplina é distribuir os indivíduos no espaço, momento primário da organização minuciosa dos corpos. O segundo passo é o controle do tempo, além da colocação em série de atividades sucessivas, para o poder adentrar nos mínimos detalhes.

O autor faz uma crítica à disciplina como prática de adestramento; porém, é o que ocorre com as normatizações. Ademais, se elas não existissem, o ambiente escolar tornar-se-ia um caos. E isso se faz através da vigilância contínua

A vigilância é o olhar como dispositivo essencial, devendo ser hierarquizada, contínua e funcional. Aqui se dá a criação de postos de observação (fusão entre urbanidade, arquitetura e engenharia civil, para sintetizar de forma múltipla a ideia de vigilância hierarquizada), tornando a vigilância uma peça interna de um aparelho de produção. Ao mesmo tempo em que castiga, oferta gratificação.

Tal atitude faz-se mister ante a recompensa, interior, pelo agir disciplinado e disciplinador. A disciplina é presente inclusive nos exames em geral, sendo um momento em que o ritual do poder é renovado e a individualidade do sujeito é traduzida.

Foucault cria o termo panoptismo para se referir a um modelo eficiente de vigilância. Nesse modelo, o sujeito hierarquicamente superior é disposto no centro do espaço, vigiando os demais de forma circular.

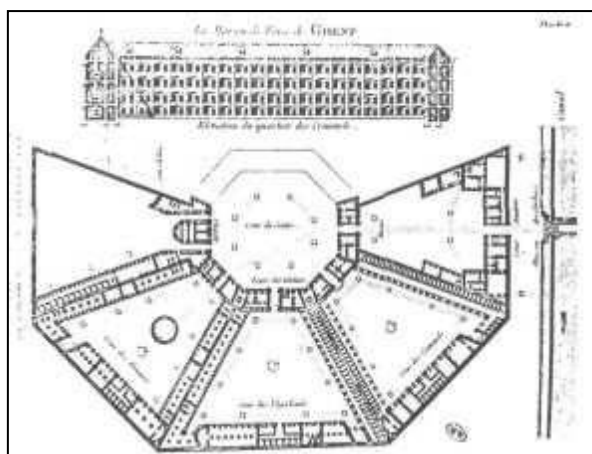


Figura 1. Projeção de prisão.
Fonte: FOUCAULT (2014), s/n



Figura 2. Interior da penitenciária de Stateville, Estados Unidos, século XX. V.
Fonte: FOUCAULT (2014), s/n

Embora tal modelo tenha sido utilizado mais em prisões, e este é o principal mote de sua obra, a ideia do panoptismo relaciona-se a qualquer espécie de vigilância hierárquica, com o fim de tornar os indivíduos mais produtivos.

No início do século XVII, o soldado era uma figura ideal, reconhecido como ágil e forte. Já na metade do século XVIII, ele se transformou em algo fabricado; o corpo foi treinado para obedecer, responder, treinar: o uso do corpo teria que ser útil.

A arte das atribuições

A disciplina é considerada primordialmente, antes mesmo da distribuição dos indivíduos no espaço. Para tanto, utiliza diversas técnicas, a saber:

- 1) A disciplina ocorria em lugares fechados, como os colégios, exército e as fábricas;
- 2) O princípio de “clausura” não era constante nos aparelhos disciplinares, já que o indivíduo possuía um lugar social, estabelecendo presenças e ausências para ter ciência de onde todos podem ser encontrados. É o procedimento para conhecer, dominar, utilizar.
- 3) A localização funcional aparece paulatinamente nas instituições disciplinares, vigiando e obstaculizando as comunicações consideradas perigosas. Esse processo aparece nos hospitais militares e marítimos.
- 4) A disciplina era organizada em celas e fileiras, que garantem a obediência dos indivíduos. A primeira operação é a constituição de “quadros vivos”, que transformavam as multidões confusas em multiplicidades.

O controle da atividade

O tempo é um dos fatores que interferem na disciplina, notadamente a escolar. O corpo deve ser aplicado em algo útil, e a disciplina é relevante para que tal ocorra.

Quem controla a atividade através do tempo detém a disciplina em sala de aula, em de seus aspectos.

Na escola, o indivíduo passa por várias etapas e fases no seu processo de formação, através de avaliações diversas. Essas avaliações são reflexos do controle disciplinar em sala de aula.

DISCIPLINA COMO PRÁTICA PUNITIVA NA ESCOLA – HISTORAR PARA ENTENDER

Para poder entender como surgiram práticas punitivas como corretivos, ROSSI (2009) entende como ponto de partida o século XVI, no qual indígenas considerados desobedientes eram açoitados com palmatória, uma espécie de madeira, com um círculo e uma haste, para causar mais dor. Algumas palmatórias continham furos para vencer a resistência do ar e aumentar a velocidade do golpe.

No seio familiar, os castigos físicos eram recorrentes, como forma de amor-punição. Na doutrina judaico-cristã, castigar o erro era exemplo de vida reta, pois quem transmitia o amor era o divino, Deus.

Como o decorrer dos anos, a prática com a palmatória passou a ser utilizada pelos senhores de escravos, migrando, no final do século XIX, para as escolas, em que os professores castigavam alunos considerados indisciplinados com um golpe na palma da mão.

Na metade do século XIX, surgiram várias práticas de modo a manter a disciplina na educação, a exemplo do ajoelhar-se em caroços de milho, beliscões na orelha e o bater com régua nos alunos.

As práticas punitivas passaram a gerar debates entre a comunidade escolar, educadores, gestores e pais de alunos e os médicos higienistas, que vinham com a proposta de produzir pessoas mais híginas na sociedade.

No Império de 1827, surgiu a primeira lei para abolir punições físicas nas instituições escolares, substituindo-as por outras formas de punição, notadamente a realização de tarefas, em sala de aula, após o horário de aula regular. Porém, essa forma também recebeu críticas dos envolvidos nessa área, inclusive porque ainda existiam professores praticantes das punições físicas.

Para minorar a dissensão entre eles, o Estado passou a incluir sanções para quem desrespeitasse a legislação pertinente.

Apesar a toda a reforma, a prática ocorreu por muito tempo.

A criança e o adolescente têm direito à igualdade e ao tratamento digno, conforme artigo 3º da Lei n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

62

A disciplina surgiu como um meio de isolamento e adestramento das crianças, através dos docentes, que detinham o controle em sala de aula.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a violência física em sala de aula é extirpada, embora alguns pais e responsáveis legais ainda a apliquem.

Isso é comum em alguns países, como Egito, França e Estados Unidos. No Egito, 80% dos meninos e 67% das meninas sofrem castigos físicos na escola.

Além das punições físicas tem-se a psicológica, concretizada por desrespeito, discriminação e rejeição, omissão de responsabilidade e punições exageradas, o que traz traumas por vezes irreversíveis no aluno.

Foucault analisa a disciplina ilustrando com a formação das fileiras nas salas de aula, o que facilita a vigilância e o controle sobre o indivíduo.

Para garantir a obediência dos alunos, o professor exige que a disposição das carteiras mantenha-se em fileiras e em ordem, com alunos uniformizados, controlando também o tempo. A diretoria igualmente fiscaliza o professor para ver se ele está usando o tempo de maneira proveitosa para que seus alunos cumpram com as tarefas.

Quando há um espaço físico interno, a vigilância é mais eficiente, permitindo um controle dentro dele, para onde se dirigem os alunos, quem vai ao sanitário, etc.

As construções das escolas obedecem a uma regra importante: a posição da sala da diretoria permite uma visão global, tendo um olhar panóptico, ou, mais modernamente, através de câmeras instaladas em locais estratégicos.

Dentro da escola, existe uma escala hierárquica e de vigilância, iniciando pelo diretor, vice-diretor, supervisor, orientador educacional, professor: um tendo controle sobre o outro.

Assim que o aluno adentra no recinto escolar, é identificado por uma carteirinha ou cartão de identificação e por um uniforme, para que a instituição possa acompanhar seus passos internamente, como suas presenças e ausências, e para que todos pareçam homogêneos.

O poder disciplinar consubstancia-se em uma forma de comparação entre alunos, segregando-os. Para que tal efetive-se, a escola possui o mecanismo das provas e das avaliações, de forma extrínseca (como as fileiras e a disposição dos alunos em ordem alfabética, o horário mínimo para término e o impedimento a táticas de participantes) e de ordem intrínseca (que são os conteúdos circulados).

O educar significa ensinar, qualificar, esclarecer, transmitir saber, mas também disciplinar, vigiar, punir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que a questão da disciplina no ambiente escolar vem sendo um problema historicamente recorrente.

Em que pesem os alunos serem os principais responsáveis pela atitude consecutiva, não são os únicos, já que os profissionais da educação devem se engajar para coibir práticas punitivas que interferem em âmbitos físico e no psicológico no aluno.

Ademais, os pais e responsáveis legais devem ter um envolvimento não só com a gestão escolar como um todo, mas também com o próprio aluno, que muitas das vezes são vítimas de décadas construídas nesse modelo de base foucaultiana.

As escolas estão fisicamente construídas de modo a se assemelharem a prisões, com salas de aula distribuídas lado a lado, sem nenhuma comunicação, interna e externa, grandes janelas, refeitório comunitário, muros e grades, portões quase sem visibilidade para o exterior.

O importante não é a forma em si como é disposta, mas como ela é utilizada.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise das causas em termos de disciplina, verificando que, muitas das vezes, os alunos são vítimas de todo um sistema forjado para existir tal como se encontra.

Faz-se necessário que todos os envolvidos na comunidade escolar estejam preparados para lidar com situações cotidianas de práticas disciplinares.

Educação sem punição constrói-se através do diálogo, para que possa haver uma prévia reflexão. Com isso, alunos e escola serão beneficiados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. Metodologia das Ciências Humanas – p. 307- 335.

BRASIL. **Lei n. 8.069/90** - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em 10.set.17

CONTIN, Marcelo Rocha. **Disciplina escolar**: caminhos para a compreensão da indisciplina. PUC-Campinas. Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/disciplina-escolar-caminhos-para-a-compreensao-da-indisciplina/14367/#ixzz4zqWZSs7S> Acesso em 20.nov.17

D'ANTOLA, Berta et alii. **A Realidade Psicológica do Menor Carente**. Revista de Educação. Rio Grande do Sul: Puc-RS, No. 6-7, p. 150-156, 1983. p. 38.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Disciplina na escola**: autoridade versus autoritarismo. Paz e Terra: São Paulo, 1989.

_____. **Educação Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p.19.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17-41; 65-110.

KHOURI, Yvonne. In: D'ANTOLA, Berta et alii **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989 p. 41

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 11-165.

RAMOS, Douglas Rossi. **Práticas punitivas e de controle na escola**: em estudo de caráter genealógico. 17. 2009. Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: Unicamp/FE;ALB, 2009. Disponível em http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_1376.pdf. Acesso em 28.11.2017.

SCHMIDT, Leide M. In: D'ANTOLA, Berta et alii **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989 p.9

VIANNA, Oliveira de Almeida. In: D'ANTOLA, Berta et alii **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989 p. 13

As autoras declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.